

CPI DOS CORREIOS

Trabalho incompleto

A compreensível euforia com a aprovação do Relatório Serraglio não exime os integrantes da CPI dos Correios de explicar alterações de última hora que tornaram o documento aquém do desejado. A comissão chegou ao fim com uma notável vitória sobre o PT, empenhado em livrar do indiciamento companheiros e demais aliados do governo envolvidos em esquemas de corrupção. Mas desapareceram do texto final — concluído pelo deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR) depois de intensas negociações com nomes de empresários, parlamentares e ex-integrantes do próprio governo.

O relatório ratificado está longe de comparar-se à peça de ficção que o PT tentou emplacar em seu lugar. Desvenda a trama de corrupção de dimensões inéditas forjadas em Brasília. Preserva a narrativa que escancara um esquema de cooptação de parlamentares com a utilização de recursos públicos e privados. Descortina a rede promiscua de

As supressões podem ser resultado de um acordo para cooptar alguns votos de parlamentares, prática tão odiosa quanto as filigranas políticas e jurídicas sugeridas por petistas sequiosos de impunidade. A CPI dos Correios encerrou os trabalhos sob outras críticas, como a falta de ação para aprofundar as apurações sobre parlamentares. Constataram-se, por exemplo, algumas lacunas nas investigações das contas de deputados e senadores beneficiados pelo dinheiro de Marcos Valério de Souza.

As falhas resultam mais da operação do Palácio do Planalto e do PT para turvar as trilhas que levariam a descobertas nada edificantes e menos da disposição do relator de descrever e punir os crimes cometidos. Como afirmou Osmar Serraglio, ao comentar a confusão instalada na comissão para a votação do relatório, "foram 10 meses de dedicação exclusiva. Por essa razão, a investigação não poderia ao final ser deturpada por razões políticas".

relações entre políticos, fundos de pensão e empresas.

Sobre o documento final persistem interrogações relevantes. A oposição e o governo erraram. Em alguns casos, prevaleceu o jogo de interesses concebido para preservar culpados ou evitar que a CPI fosse concluída sem um relatório final. Os relatos sobre as negociações sugerem mudanças indesejáveis. As manobras ocorreram, sobretudo, para absolver livremente os indiciados. Suprimiram-se nomes como o do vice-governador de Minas Gerais, Clésio Andrade (PTB), e do ex-presidente do Banco do Brasil Cássio Casseb.

Entre as mudanças de alcance obscuro inclui-se, ainda, o acatamento à proposta do deputado Alberto Fraga (PMDB-DF), que retirou o pedido de indiciamento, por crime de gestão temerária, de apenas um dirigente de corretora. Há três dezenas de executivos citados nas mesmas circunstâncias.

Além do relator, é preciso elogiar o empenho do presidente da CPI, senador Delcídio Amaral (PT-MS). A seriedade e a independência com que dirigiu a comissão o transformou em *persona non grata* entre alguns de seus colegas de partido. Diante dos ataques grosseiros e das intenções descabidas de se aprovar um relatório paralelo, Delcídio acertadamente ressaltou que não foi presidente da comissão para defender o PT. "Meu compromisso era com a CPI", informou o senador, ignorando os clamores corporativistas dos colegas.

Encerradas as investigações parlamentares, há muito o que avançar. As brechas e as alterações do Relatório Serraglio não impedem o Ministério Público e a Polícia Federal de completarem o trabalho. Ao contrário. Transformam-se em exigência daqueles que se recusam a aceitar preservação da impunidade.

CIÊNCIA NO RIO

Contra o atraso

Está nas mãos do prefeito Cesar Maia a tarefa de evitar um retrocesso inconcebível nas pesquisas científicas realizadas na Cidade do Rio de Janeiro. Sobre a mesa do prefeito encontra-se a lei aprovada na Câmara Municipal segundo a qual ficará proibido o uso de animais em práticas experimentais que "provocuem sofrimento físico ou psicológico". Se a lei for sancionada por Cesar Maia, animais não poderão ser integrados a qualquer projeto de pesquisa no Rio — seja com finalidade pedagógica, industrial, comercial ou científica.

A galeria de argumentos apresentados pelo autor do projeto, Claudio Cavalcanti (PEL), configura uma combinação confusa de razões compreensíveis e outras injustificáveis. O vereador deseja evitar o sofrimento dos animais. Também acredita que o trabalho dos cientistas constitui um mero exercício de sadismo. Garante ainda que as experiências científicas estão condenadas pelas diferenças biológicas existentes entre as espécies. Cavalcanti pode estar bem-intencionado. Mas de boas intenções, ensinava São Bernardo, o inferno está cheio.

CASO DO CASEIRO

A resposta do ministro

São gravíssimas as informações de envolvimento do ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, na violação do sigilo do caseiro Francisco Costa. Na nota divulgada ontem, o ministro negou ter orientado Antonio Palocci quando a investigação da Polícia Federal se aproximou do então titular da Fazenda, conforme revelou a revista *Veja*. Permanecem perguntas sem resposta sobre o processo. Sobre os auxiliares do ministro — o secretário de Direito Econômico, Daniel Goldberg, e o chefe de Gabinete, Cláudio Alencar — pulram suspeitas incômodas.

A comunidade científica do Rio tem reagido para pressionar o prefeito a votar a lei. Cerca de 70% das pesquisas em andamento na cidade correm o risco de paralisarem. Mas o principal argumento dos cientistas é de natureza ética. Informam que todas as instituições sérias têm comitês de ética no uso de animais e só desenvolvem projetos quando respaldados por parecer favorável dessas comissões. Mais: há normas internacionais que exigem o teste de vacinas experimentais em animais para a garantia de sua qualidade para o uso humano.

O episódio ajuda a alertar o país para uma lacuna — a ausência de uma legislação nacional que regule a criação e o uso de animais para a pesquisa e o ensino. A constatação, no entanto, não significa que os cientistas brasileiros sejam aniquiladores de cães, camundongos e primatas. Avanços científicos, sublinhe-se, não podem ser barrados por simulsismos ecológicos e ambientais — que, no fim das contas, inviabilizarão a descoberta de novos remédios e experimentos fundamentais para a saúde de milhares de seres humanos. Basta que tais pesquisas sejam submetidas a normas rigorosas.

ELEIÇÕES

O retrato das pesquisas

Não tardará o dia em que as disputas eleitorais brasileiras deixarão de se assemelhar a uma corrida numérica. Desde a primeira eleição presidencial depois da redemocratização, em 1989, a numerilha produzida pelas pesquisas se tem transformado, com frequência, em incômoda desinformação.

Cinco dos maiores institutos realizam sondagens nacionais periódicas. Jornais, revistas e TVs, inclusive o *Jornal do Brasil*, costumam publicar os resultados com notável destaque. O problema, convém ressaltar, não está na realização das pesquisas, mas na amplificação dos números, no uso dos resultados em nome de interesses partidários e na interpretação das tendências ali constatadas.

Pesquisas não antecipam o resultado das eleições. O desprezo a esta regra elementar costuma provocar desinformação entre os eleitores. Ganhos de alguns

As legendas têm até junho para sacramentar as candidaturas em convenção partidária. Até lá, situar-se bem nas pesquisas constitui força propulsora para a sobrevivência política dos nomes em disputa. Foi o que fez o *JB*, no domingo, diante dos números do instituto Datafolha. Geraldo Alckmin, do PSDB, caiu três pontos na preferência do eleitorado, informou a pesquisa. Anthony Garotinho, do PMDB, cresceu outros três. A combinação dos dois movimentos alimentou a rivalidade entre os grupos do ex-governador paulista e de José Serra.

Pelo menos oficialmente, Serra será o candidato tucano ao governo de São Paulo. Cardeais do PSDB, contudo, avaliam que o ex-prefeito não abandonou a idéia de convencer o partido a desistir de Alckmin em seu favor. Os números evidenciaram também a musculatura adquirida por Garotinho, para vencer a batalha interna no PMDB.

CASO DO CASEIRO

Pecadores vingativos

O brasileiro Francenildo Costa descobriu tardiamente que certas audácias não são permitidas na terra do "sabe com quem está falando?". É proibido, por exemplo, confirmar que algum ministro de Estado pecou. Caseiro da "República de Ribeirão Preto", mansão brasiliense alugada por lobistas amigos do "chefe" Antônio Palocci, Francenildo incorreu em pecado mortal ao sustentar numa CPI que o condutor da economia, com o codinome "Chefe", freqüentava o endereço marcado pela suspeita.

A vingança dos desafiados foi imediata. O ansioso ministro da Fazenda costurou a contra-ofensiva destinada a garantir-lhe o emprego. O primeiro movimento resultou na quebra criminoso do sigilo bancário do caseiro. Em sua conta na Caixa Econômica Federal havia R\$ 25 mil.

A alegria de Palocci durou pouco. O dinheiro, remetido do Piauí, não fora doado por algum parlamentar golpista. Viera do pai biológico de Francenildo, um empresário de ônibus de Teresina decidido a silenciar o fruto da aventura extracônjugal. Os vingadores não desistiram do castigo. A testemunha inocente foi intimada a depor na Polícia Federal, por suspeita de "lavagem de dinheiro". Palocci e outros culpados estão em liberdade.

Nesta segunda-feira, as manobras superaram outras fronteiras do absurdo. Uma juíza federal de Brasília determinou a quebra do sigilo da conta estuprada em meados de março. No mesmo dia, a Polícia Federal desistiu de investigar a participação na trama do ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos. Em países sérios, os autores dessa piada de péssimo gosto estariam na cadeia.

REGIÃO METROPOLITANA

Aliança pelo futuro

O exército de pedintes que invadiu a Zona Sul do Rio de Janeiro expõe mais uma vez a face perversa forjada pela má gestão dos municípios brasileiros. Conforme reportagem de ontem do *Jornal do Brasil*, Copacabana e Leblon são dois pedaços do Rio reduzidos a paraíso dos moradores de rua originários da Baixada Fluminense. Os pedintes demarcam seu próprio território e passam a explorá-lo.

Invasões do gênero, insistase, não configuram uma exclusividade carioca: outras prefeituras lidam com problemas semelhantes. O fenômeno afeta todas as regiões metropolitanas do país, consequência da renúncia do poder público à montagem de ações conjuntas. Programas de assistência social, por exemplo, tropeçam na falta de diálogo entre prefeituras, estados e União.

Quase 40% da população de rua do Rio procede de municípios vizinhos, como Belford Roxo, Caxias, Nova Iguaçu e Queimados. Na Região Metropolitana, moram 10 milhões de brasileiros, distribuídos por 17 municípios. A densidade populacional e a ação descoordenada dos gestores públicos provocam dramáticos efeitos em áreas essenciais como habitação, transporte e uso do solo.

O desafio para os prefeitos é assimilar prontamente a necessidade de adoção de programas comuns. Os consórcios municipais ainda não alcançaram os resultados prometidos. De nada adiantarão melhorias em hospitais e postos de saúde da capital, se as cidades das cercanias impõem aos carentes o calvário interminável. Cumpra a principal prefeitura, contudo, liderar a integração. Sem levar em conta diferenças partidárias.

pontos, obtidos por candidatos, transformam-se em ferramenta de barganha entre os próprios partidos. Números obtidos às vezes a mais de um ano das eleições ajudam a antecipar desnecessariamente as disputas, prejudicando os governos e, consequentemente, o país. Movimentos de gangorra produzidos pela pletera de pesquisas conduzem o processo eleitoral a uma espécie de bola de neve – grande por fora, oca por dentro.

Não à toa, os próprios especialistas que coordenam as pesquisas as definem como "um retrato do momento" – sobretudo quando são divulgadas tanto tempo antes de o jogo começar para valer, com o início do horário gratuito no rádio e na TV.

Somadas todas as evidências, os eleitores e a imprensa devem interpretar com cautela as pesquisas eleitorais divulgadas até aqui. Precisam ainda utilizá-las como ponto de partida para identificar os movimentos dos partidos na escolha dos seus candidatos.

Ao eleitor convém ainda assimilar o alerta: as margens de erro das pesquisas sugerem que estão em jogo a definição de voto de milhões de eleitores. Cerca de 120 milhões de brasileiros vão às urnas em outubro. Quatro pontos percentuais – a margem de erro situada entre o pior cenário de Alckmin e o melhor cenário de Garotinho, por exemplo – podem significar a escolha de quase 5 milhões de eleitores. A seis meses da eleição, o número justifica a cautela. O mesmo vale para as oscilações na avaliação do presidente Lula, que vem perdendo pouco a pouco a robustez eleitoral com a ruína moral do PT.

Em todos os casos, é preciso esperar as curvas desenhadas em sucessivos levantamentos. Por ora, os pêndulos revelados pelas pesquisas são muito mais meros artifícios utilizados para definir as estratégias dos partidos e pré-candidatos do que balizadores das escolhas do eleitorado. A lição, insista-se, serve para políticos, eleitores e imprensa.

VARIG

Urgência política

O longo voo de agonia empreendido a cargo da Varig precisava acabar o quanto antes. Um novo trecho foi acrescentado com a liminar que determina a apreensão dos bens da empresa aérea como garantia do pagamento de passivo com trabalhadores. A sobrevivência da Varig está longe de conflinar o problema a uma solução estrita de mercado. Pelo tamanho da crise que atinge a companhia e o setor, trata-se de uma urgência política de graves implicações econômicas e sociais.

Do governo não se espera um gesto de socorro direto. O Estado, compreende-se, não pode servir de UII para empresas em dificuldade. Feita a ressalva, insista-se: é difícil pensar num projeto estratégico para o Brasil sem levar em consideração o futuro da aviação comercial. Nesse contexto, seja pela ótica da imagem do país no exterior, seja pelo papel que a empresa pode desempenhar em setor intensivo em tecnologia ou no incremento do turismo e de nossas exportações, a Varig é o Brasil. É indispensável que se discutam medidas para sanar o setor aéreo, mas a Varig precisa de uma solução sob medida. Para a injeção de novos recursos ou a condução de uma reestruturação, será imprescindível a ação regulatória do Estado.

Eis o preço a considerar para uma saída digna da mais tradicional companhia aérea do país. Não é apenas o interesse de evitar a *débâcle* de uma empresa de 75 anos, com mais de 10 mil funcionários, cujas dívidas estão estimadas em R\$ 7 bilhões. Deve-se levar em conta os efeitos multiplicadores que a operação da Varig lança sobre dezenas de outros setores – sobretudo a manutenção de um “espaço brasileiro” numa indústria de alta concorrência em escala mundial. As dificuldades da Varig e de outras companhias não se devem só a decisões administrativas incorretas. Boa parte precisa ser debitada na conta da União.

Convém avaliar ainda os riscos sobre o setor e a cadeia da qual a empresa faz parte. O Proer, por exemplo, evitou o desastre no setor bancário. Esse modelo não pode ser esquecido.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e seus auxiliares têm rejeitado a idéia de injeção de recursos públicos na Varig. Faltalhes, contudo, o empenho para buscar soluções regulatórias, sem esquecer as medidas paliativas, compatíveis com a gravidade do episódio. O governo precisa agir com rapidez. A Varig nunca foi nem será uma empresa qualquer.

RIO DE JANEIRO

Alívio científico

A sensatez prevaleceu, e o prefeito Cesar Maia vetou o projeto de lei aprovado pela Câmara de Vereadores que proibia o uso de animais em qualquer pesquisa científica realizada no Rio de Janeiro – seja com finalidade pedagógica, industrial, comercial ou científica. O projeto padecia de um vício de origem: a inconstitucionalidade. Os vereadores não têm competência para legislar sobre uma matéria de caráter nacional.

Se fosse transformada em lei, a medida paralisaria 70% das pesquisas em andamento na cidade – muitas delas em instituições federais, como a Fluminense e a Universidade Federal do Rio de Janeiro. O projeto também ignorava a prática já disseminada entre cientistas de emissão de pareceres por comitês éticos, a fim de evitar práticas abusivas e desreguladas. A comunidade científica, no entanto, só deve respirar aliviada se os vereadores respeitarem o veto do prefeito.

IRÃ

Provocação nuclear

Sempre agarrado à lira do delírio, o presidente do Irã, Mahmoud Ahmadinejad, namora o perigo com a cobra dos inconseqüentes. Primeiro discursou diante de um mural de pombas brancas, vangloriando-se de que os cientistas iranianos produziram urânio enriquecido. Deu as boas-vindas a ele mesmo no clube nuclear, cuspiendo no olho do Ocidente e, em especial, dos Estados Unidos e da ONU. Em seguida, ignorou as duras críticas da comunidade internacional – incluindo países habitualmente comedidos, como Rússia e China. Por fim, manipulou multitudes para arregimentar seguidores em defesa do programa nuclear.

Com tais afrontas, Ahmadinejad põe o mundo à beira de um conflito de proporções perturbadoras. Os discursos e práticas do presidente-bomba soam a tímpanos normais como um dos arquétipos do fundamentalismo radical, capaz de aprofundar a hostilidade dos islâmicos em relação às nações e aos valores ocidentais. E impõe desafios monumentais ao Conselho de Segurança da ONU – com os americanos à frente – para encontrar uma solução pacífica a fim de reduzir os riscos de uma invasão naquele país.

Como afirmou Maureen Dowd, colunista do jornal *The New York Times*, está-se diante de uma simetria assustadora: enquanto a América se agitava em torno de falso urânio no Irã, o Irã agitava urânio de verdade. A administração de George Bush, afundada na toca em que mergulhou, atolou-se no solo de Saddam Hussein, ajudando a criar uma teocracia amigável ao Irã, ao mesmo tempo em que deixa Ahmadinejad fazer o que bem entende com relação a armas de destruição em massa. “Nossos inimigos”, ironizou o presidente iranian, “estão irritados porque não conseguiram bloquear o caminho de nossa nação rumo à tecnologia nuclear”.

A dúvida que atormenta o mundo é se os americanos cairão na armadilha montada por um insano – que já superara os limites da sensatez ao chamar o holocausto de “farsa histórica”. O belicismo do discurso configura uma evidente provocação. Os planos de iranianos, insista-se, aprofundam o abismo entre o Ocidente e fanáticos dispostos a travar, o quanto antes, uma nova guerra dos mundos. O Conselho de Segurança da ONU tem agora um papel fundamental a cumprir: evitar que os erros cometidos no Iraque não se repitam.

APOSENTADORIA

A urgência da reforma

O contínuo crescimento da população idosa no Brasil, constatado pelo IBGE, constitui uma boa notícia: é a evidência de que programas de saúde e educação nas últimas décadas produziram avanços notáveis. Vive-se mais e melhor. A população com mais de 70 anos, informou a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), já é de 7,7 milhões de brasileiros. O Brasil ocupa o oitavo lugar no ranking dos países com mais idosos.

A tendência emite um alerta inquietante. O prazo para que o país faça a reforma previdenciária está se esgotando. As projeções do IBGE sugerem que o Brasil pode chegar a 34,3 milhões de idosos em 2050. No padrão atual, já convive com um monstruoso déficit da Previdência. Sem refazer o modelo e solucionar problemas que atormentam o sistema, a conta não fechará. Convém aplicar os números divulgados para anteciper-se a uma crise certa. O futuro chegou.

SÁBADO, 15 DE ABRIL DE 2006

JORNAL DO BRASIL

ORÇAMENTO

Ficção e descaso

O interminável atraso na votação do Orçamento para 2006 revela ao país que a irresponsabilidade, o descaso e o jogo de chantagens parecem não ter fim em Brasília. Mais de 100 dias transcorridos no ano, a União ainda não tem orçamento. Travado pela disputa entre governo e oposição, o documento que prevê as receitas e despesas da administração pública segue ignorado.

Até que o impasse seja superado e o Congresso resolva trabalhar pelo país, o governo só pode efetuar despesas consideradas obrigatórias, como o pagamento de servidores públicos. Está impedido de promover investimentos. As estatais também se submetem às regras previstas pela legislação. Para contornar essa restrição e compensar os sucessivos fracassos nas negociações com o Legislativo, o Palácio do Planalto tem recorrido ao atalho habitual: a edição de medidas provisórias para liberar verbas. Neste ano, editou nove MPs para liberar cerca de R\$ 28 bilhões em recursos previstos no Orçamento de 2006.

Eis o resultado: um país administrado pela caneta do presidente. Falta ao Planalto competência para mobilizar seus aliados e negociar com estados e grupos de pressão. É mais fácil e rápido administrar por meio de medidas provisórias. Mais fácil e menos democrático.

A constituição confere a uma fantasia histórica: o Orçamento é uma peça de ficção. Era quando imperavam a inflação e a falta de controle mínimo das contas públicas. Doze anos depois da estabilização da moeda, adquirida com o Plano Real, o Orçamento brasileiro mantém a sina. O enredo se repete todos os anos. A legislação exige a aprovação do Orçamento até o último dia do ano anterior. Nada se vota, nada se discute. Faz-se o relógio correr e usa-se a exigüidade do cronograma como uma poderosa arma de persuasão.

Mesmo depois de aprovado, o Orçamento não é cumprido, pois é "autorizativo" e não "impositivo": o governo não é obrigado a cumpri-lo integralmente. Convido de estar diante de uma peça de ficção, o Congresso aprovou, nos últimos anos, as chamadas vinculações orçamentárias — obrigações de gastos com saúde, educação e aposentadoria. O gesto revelou-se bonito no papel mas inviável na prática.

Somadas as vinculações, o Orçamento tornou-se uma impossibilidade para o Executivo. Os recursos ficaram aprisionados, com destinação certa, sem sobras para o governo governar. Como os parlamentares aumentaram a despesa sem previsão de receita, a saída foi o contingenciamento, que dá ao governo a liberdade de gastar o que lhe manda o Orçamento.

Anualmente também se renovam as promessas de uma reforma capaz de devolver ao mundo real tais fantasias. A ideia repousa na mesma gaveta onde dormem outras iniciativas moralizadoras dos gastos do Estado. O Congresso parece mais preocupado com a própria horta de privilégios que cultiva com especial empenho. Nem depois de um ano repleto de escândalos esturrocedores — que expuseram as entradas da máquina parlamentar — trouxe efeito positivo sobre o comportamento do Congresso.

Com a semana de trabalho mais curta do mundo e incontáveis benefícios, os parlamentares ignoraram o Orçamento durante a convocação extraordinária, em janeiro — quando os contribuintes foram convocados compulsoriamente para pagar a salgada conta de R\$ 100 milhões. Já estamos na metade do mês de abril. Em breve as atenções estarão voltadas para a Copa do Mundo. Depois será a vez das eleições. O ano estará perdido, e o Brasil desperdiçará mais uma vez tempo, dinheiro e paciência. Para vencer tantas perdas, convém mudar — não só a lei orçamentária, mas os próprios representantes que tem.

MUITO BOA NOTÍCIA: os leitores do Jornal do Brasil em todo o país recebem hoje como presente, no marco dos 115 do jornal, uma série de inovações. São mudanças para melhor: atualizamos nossa apresentação gráfica e editorial. Em linha com o que se faz de mais moderno em todo o mundo, o JB passa a circular em dois formatos.

Nossos assinantes continuarão a receber o JB em seu formato "clássico". No entanto, inovamos no conteúdo, na apresentação, no visual, mantendo a defesa intransigente do pluralismo e da cidadania. Em sintonia com os maiores e melhores jornais do mundo, o JB chega também às bancas no formato "européia". Junta-se a uma família de vanguarda da qual fazem parte *The Times*, *The Guardian*, *Clarin*, *El País*, *Le Figaro* e *Le Monde*. Aposta na praticidade e facilidade de leitura. Designa o serviço de boa informação.

Nossas inovações vão além. No *JB Online*, expandimos os blogs. Agilizamos ainda mais nossa cobertura em tempo real. Primeiro jornal brasileiro a marcar presença na Internet, o JB aprofunda sua operação multimídia. Condensa conteúdos e meios como a webtv, o celular e a interação com outros veículos da Editora JB como a *Gazeta Mercantil* e o *Investinews*.

Estamos fazendo um grande esforço para que se cumpra o dever — que é de todos os meios de comunicação — de democratizar o acesso à informação de qualidade. O aumento do número de leitores num país desenvolvido é apenas sinal de maior desenvolvimento relativo. É uma de suas pré-condições. E este objetivo é buscado com o acessível preço penucional do JB nas bancas a partir de R\$ 0,75.

Esta série de inovações encontra-se bem alicerçada. A Editora JB é hoje empresa de mídia em franca expansão. Equacionamos, interna e externamente, dificuldades, dificuldades que antecederam as ajustes estruturais nos nossos jornais em anos recentes.

Reformamos a *Gazeta Mercantil*.



Nelson S. Tanure
Presidente do
Jornal do Brasil

canil, que segue firme como maior e mais importante órgão de economia e negócios do país. Contamos no Rio de Janeiro com uma moderna e ágil gráfica. Publicamos o *IBJ* — *Brasil International Gazette* — jornal eletrônico publicado nas línguas mais faladas do mundo, que chega a 100 mil leitores nos cinco continentes.

Estamos constantemente aprimorando nossos serviços de distribuição e entrega. Temos hoje uma bela e bem estruturada sede institucional — um lugar melhor para trabalhar e progredir. Amanhã, inauguraremos formalmente a Casa Brasil — marco arquitetônico do Rio — nosso braço para projetos, arte, cultura e novas mídias.

Levamos esta mensagem aos formadores de opinião. As agências de publicidade. Ao meio jornalístico e aos demais agentes econômicos e sociais. Mas falamos e escrevemos, sobretudo, a nosso principal sócio e aliado: você, leitor do Jornal do Brasil.

Sabemos de nossa relação afetiva, a um tempo de razão, emoção mas também de muita vigilância e paciência. Você vai além de "le" o JB. Você é o JB. É para você, que estará acompanhado por milhares de novos leitores a partir deste domingo, que fazemos um jornal nutrido por tradições e rico histórico. Fortalecido na qualidade jornalística e administrativa do presente. Orientado à vanguarda e um futuro de desafios e oportunidades. Consolidado como o *Jornal do Brasil*: o jornal do amanhã.

A 33
JORNAL DO BRASIL

DOMINGO
16 DE ABRIL DE 2006
opinio@jb.com.br

Editorial

JORNAL DO BRASIL

O jornal do amanhã

REPORTAGEM DE Leandro Mazzini, publicada ontem no *Jornal do Brasil*, exibe com clareza como o conflito entre os interesses público e privado baliza a atividade de muitos parlamentares. Dos 30 integrantes da Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara, informou a reportagem, pelo menos seis mantêm atividades no mercado ligadas ao setor.

A dupla jornada inspira a pergunta: convocados a debater projetos de lei que beneficiam as instituições em que atuam quando estão fora de Brasília, os deputados têm a independência necessária para ignorar a saúde dos próprios negócios?

Na Comissão de Seguridade Social, os parlamentares discutem, por exemplo, se aprovam a Emenda Constitucional 29, que obriga o governo a engordar o repasse para os hospitais conveniados ao SUS. Com muitas instituições na UTI, o projeto tem especial relevância. É tão inquietante, porém, quanto o duplo interesse dos parlamentares.

GOVERNO LULA

O preço do silêncio

É CADA VEZ MAIS indispensável que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva dê explicações à sociedade sobre os escândalos que macularam o PT e seu governo. Os governistas consideraram o Relatório Serraglio, da CPI dos Correios, uma peça destinada a assegurar dividendos eleitorais aos partidos de oposição. Agora, diante de um novo documento, precisam aceitar a força do relatório preparado pelo procurador-geral da República, Antonio Fernando Souza – que não só formaliza denúncia contra os responsáveis pelo mensalão como substitui os enfimismos criados durante toda a crise. Define “caixa 2” e “dívidas de campanha”, por exemplo, pelo que são de fato.

Há duas semanas, o *JB* já revelara a repetição da amoralidade em outra esfera da Câmara: quatro parlamentares que atuam na Comissão de Educação e Cultura são donos de grandes faculdades particulares em redutos eleitorais. Outros cinco ganham dinheiro com faculdades em rincões carentes de universidades públicas. Somadas, as instituições desses nove parlamentares educam mais de 120 mil alunos.

A dupla jornada não é ilegal, convém sublinhar. Mas a combinação é questionável. Apresentação parlamentar é coisa séria. A responsabilidade exige especial independência. Fazem parte do jogo político as intervenções de deputados e senadores em favor de interesses corporativos. Mas é preciso que os parlamentares abdicuem de comissões permanentes que tenha vínculos com o negócio do qual fazem parte. Trata-se de trilha inevitável para que sejam baradas tentativas de obtenção de vantagens pessoais. A regra, elementar, quase sempre é ignorada.

15
JORNAL DO BRASIL

SEGUNDA-FEIRA
17 DE ABRIL DE 2006
opiniao@jb.com.br

Editorial

CONGRESSO

Lobby em causa própria

A PEDAGÓGICA SÉRIE de reportagens de Branca Nunes, sobre as carências e virtudes dos meios de transportes do Rio de Janeiro, expõe o tormento a que os cariocas são submetidos para se locomoverem com rapidez, segurança e conforto. A conclusão é especialmente perturbadora: a combinação de tais garantias parece um sonho ainda muito distante para a cidade mais bela do mundo. Publicadas desde domingo no *Jornal do Brasil*, as reportagens exibem uma vasta galeria de problemas a superar. Conduz o martírio dos cariocas o excesso de carros, ônibus e vans em circulação, conjugado com a malha viária deficiente e sem projetos modernizadores à vista.

Os problemas se alastram por todos os meios de transporte – a começar por aqueles que, por necessidade ou vontade, decidem deslocar-se a pé. No Rio, mais de um terço dos cariocas se locomovem assim. Mas o que seria sinônimo de vida mais saudável se torna uma operação de alto risco. O atropelamento é o principal acidente com vítima no trânsito da cidade. A calçada também não é respeitada pelos motoristas. Conforme sublinhou a primeira reportagem da série, o transporte a pé revela-se ainda um sintoma da falta de programas de integração do transporte público. Muitos caminham para economizar. (O transporte urbano é o principal item de despesa das famílias pobres com serviços públicos).

O martírio avança em especial sobre o transporte público. O Rio de Janeiro habitou-se a uma perversa conjugação de astros, balizada pela má qualidade dos serviços; péssima distribuição das linhas e redução da velocidade comercial, decorrentes dos congestionamentos. Enquanto na Zona Sul da cidade há uma clara sobreposição de linhas, ônibus lotados adoram perversamente o trajeto entre casa e trabalho de quem mora na periferia ou nos municípios da região metropolitana. Os mesmos sintomas são identificados na rede ferroviária.

Um dos resultados de tais mazelas é a proliferação do transporte ilegal, chaga crônica de praticamente todas as regiões metropolitanas do país. No fim do ano passado, outras reportagens do *JB* revelaram que a rede pirata já absorveu tanto os trechos antigamente explorados legalmente que alguns empresários simplesmente decidiram entregar os pontos, antes que o pagamento de impostos significasse prejuízo. Decretou-se a interrupção dos serviços. Abandonaram-se linhas de concessão. Sucumbiu-se ao poder do chamado “transporte alternativo”. Entidades asseguraram que o sistema público perdeu um quarto dos passageiros nos últimos anos.

Trata-se de um saldo desalentador, capaz de comprovar o fracasso dos gestores públicos neste setor. Anos de descaço impediram o metrô de se ampliar. A ausência de criatividade e projetos consistentes e de longo prazo interromperam o crescimento de meios de transporte reconhecidamente eficazes, como os trens e as barcas. Também abriu espaçosas brechas para a corrupção e a ilegalidade.

Problemas nos meios de transporte exibem o fracasso dos gestores públicos

A incompetência contribuiu para que se exigisse dos ônibus uma tarefa para a qual não estão preparados – não à toa um estudo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, realizado seis anos atrás, sugeriu a construção de um novo sistema de ônibus, solução mais eficiente do que tentar rearrumar o que existia. Não há razões para acreditar em melhorias substantivas de lá para cá. Ao contrário, a qualidade e o tempo dos deslocamentos tornaram-se ainda mais graves. Sem esquecer os problemas crônicos de segurança, que estendem a trilha do sofrimento. Eis um retrato do Rio. Torná-lo menos sombrio constitui tarefa inadiável.

15
JORNAL DO BRASIL

TERÇA-FEIRA
18 DE ABRIL DE 2006
opiniao@jb.com.br

Editorial

RIO DE JANEIRO

Martírio no trânsito

AO DESCREVER COMO o clã dos Andrade cobriu de sangue e glamour ao jogo do bicho do Rio de Janeiro, a série de reportagens de Bruno Gazzaneo – publicada desde domingo no *Jornal do Brasil* – ajuda a explicar a nova face da contravenção carioca e sua relação com a lavagem de dinheiro e o tráfico de drogas. A conjugação de esforços entre criminosos não é tão nova assim, mas espanta como assume feições compatíveis com os novos tempos. A conclusão do jogo é especialmente inquietante: enquanto assiste às transformações do crime, o Brasil ignora o impacto de suas consequências.

As reportagens revelaram, por exemplo, como os Andrade conectaram-se com ramificações da máfia italiana, abrindo espaço para a guerra dos caça-níqueis no Rio – um mercado de espantosos R\$ 300 milhões anuais. Os territórios cariocas foram ocupados pela máfia siciliana para a instalação de máquinas de videopôquer em troca de vistosos e contínuos pagamentos destinados aos barões do jogo do bicho. A exploração dos senhores feudais da jogatina servia de fachada ainda para a lavagem de dinheiro do tráfico de cocaína e heroína. A série sublinhou também que as ligações entre a cúpula da contravenção carioca, liderada por Castor de Andrade, e a Cosa Nostra jamais receberam condenação na Justiça brasileira – apesar de comprovadas na Itália.

Somados os capítulos deste enredo bisonho, constata-se o tamanho e a profundidade da omissão e da permissividade brasileira diante do crime. No Rio de Janeiro, em especial, há uma antiga e promíscua relação entre bandidos e elites. É preciso lembrar que muitos contraventores – adestrados no soturno ambiente do jogo do bicho e tentados pela violência e arrogância – sempre agiram com desenvoltura entre os homens de bem da sociedade carioca. Essa contaminação da elite pelo crime vem de longa data.

Desde a década de 50, a cidade foi loteada pelos bicheiros – revestidos de características folclóricas, exemplos nada edificantes da “mandragema” da época. Tratava-se de um gênero de contravenção não tão violento quanto o de seus sucessores, mas tão parasita quanto os chefões do narcotráfico, que hoje atemorizam a carne e o espírito do Rio.

A primazia da violência dos morros terminou obscurecendo a necessidade de barrar a desenvoltura do jogo do bicho. Um erro. O jogo criado pelo barão de Drummond para animar os visitantes do seu jardim zoológico particular há muito tempo deixou de ser lúdico e inocente.

O mais espantoso é que vários criminosos continuam aceitos e legitimados

O exemplo óbvio dessa convivência tolerada com o crime é a preferência histórica dos banqueiros do jogo do bicho pelos apetites de fácil satisfação e pelas paixões populares efêmeras. Tornaram-se patronos de escolas de samba, transformaram-se em donos do carnaval carioca, dominaram clubes e jogadores de futebol, ingressaram na política. O disfarce das benfeitorias se desfez. Foi desmascarado. Hoje o Rio sabe – e a série de reportagens do *JB* reforça – que muitos bicheiros se converteram em financiadores de narcotraficantes e criaram sustentáculos em negócios igualmente musculosos, como os caça-níqueis.

O mais espantoso é que vários deles continuam aceitos e legitimados. A cumplicidade leva à leniência e à inércia diante do frequente desrespeito à lei. De tão comum, a ilegalidade e a imoralidade transformaram-se em regra. A constatação explica a vigência do mundo à parte a que Brasília se acostumou a exibir. Convém rechaçá-lo.

20
JORNAL DO BRASIL

QUARTA-FEIRA
19 DE ABRIL DE 2006
opiniao@jb.com.br

Editorial

JOGO DO BICHO

O crime mora ao lado

É ARDILOSA E UMA afronta constitucional a inclusão, no anteprojeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), do artigo que garante poderes ao governo para a execução do Orçamento mesmo sem aprovação no Congresso. O objetivo dos ministros da Fazenda, Guido Mantega, e do Planejamento, Paulo Bernardo, é até compreensível: evitar que se repita o desastroso episódio deste ano, quando o Congresso deixou o país sem aprovação do Orçamento da União para 2006, mesmo com mais de 100 dias transcorridos. As boas intenções, contudo, não podem servir de pretexto para espezinhar a Constituição e passar por cima de uma atribuição fundamental do Legislativo.

Diz a Carta que o projeto de lei orçamentária precisa ser aprovado pelo Congresso e sancionado pelo presidente da República até 31 de dezembro do ano anterior. Inertes pelas disputas partidárias e pelos escândalos de corrupção, Congresso e governo não cumpriram a regra em 2005. Sem Orçamento aprovado, o Palácio do Planalto recorreu a medidas provisórias para liberar recursos destinados a investimentos urgentes. Com a proposta da LDO, explicita o desejo de manter os superpoderes.

Deve ter se inspirado nos ventos desarmônicos do regime militar, quando as matérias legislativas eram consideradas aprovadas por “decurso de prazo” se não fossem à votação até determinada data. Até arduos aliados do Palácio do Planalto tiveram de admitir o retrocesso e a natureza autoritária da proposta. Na prática, o dispositivo sugerido pelo governo dispensa a manifestação do Congresso sobre o Orçamento da União. Em caso de disputa com a oposição e diante da iminência de ver o projeto orçamentário derrotado no Legislativo, bastará aos governistas a obstrução da votação. Elimina-se, assim, o principal papel exercido pelo Congresso – discutir e votar o Orçamento.

Nas democracias maduras, como os Estados Unidos, o Orçamento é minuciosamente elaborado, não só por comissão própria (o *Budget Committee*), como costuma ser exaustivamente discutido em plenário. O Brasil deveria estar debatendo se faz do Orçamento uma peça impositiva e não apenas autorizativa, como é hoje. Congresso e governo revelaram irresponsabilidade e incompetência ao adiar a aprovação do Orçamento. O lenitivo, porém, conseguiu ser pior do que a chaga a combater.

12
JORNAL DO BRASIL

QUARTA-FEIRA
20 DE ABRIL DE 2006
opiniao@jb.com.br

Editorial

ORÇAMENTO

Diretrizes novas e autoritárias

CAMPANHAS ELEITORAIS

Impunidade para os tesoureiros

O SENADO FALHOU ao eliminar uma das principais medidas moralizadoras na aprovação das novas regras eleitorais. Os senadores derubaram a chamada emenda Delúbio, que previa a responsabilização criminal de tesoureiros e doadores de recursos não contabilizados e o aumento do tempo de suspensão de repasse do fundo partidário para as legendas adeptas do caixa 2 em campanhas. Nesse ponto, fica tudo como está. Apenas o candidato é responsabilizado.

O Tribunal Superior Eleitoral precisará confirmar as mudanças para que vigorem este ano, mas se prevalecer o desejo do Senado, está preservada a impunidade de personagens como Delúbio Soares, o tesoureiro que executou as tramóias não contabilizadas em benefício do PT. Os senadores também vetaram a punição para os doadores que repassarem dinheiro ao caixa 2 e restringiram a prestação de contas na internet. Estimularam, enfim, a fantasia dos culpados.

AO OFICIALIZAR A VITÓRIA de Romano Prodi e sua coalizão, a Suprema Corte italiana enterrou de vez as esperanças do primeiro-ministro Silvio Berlusconi de se manter no poder. Pelo menos por ora, também livra a Itália do espectro do autoritarismo e da corrupção que ronda o atual premier. Prova exemplar da desqualificação política de Berlusconi é a recusa a reconhecer a derrota nas urnas. Nove dias depois das eleições, ele continua insistindo na tese de fraude eleitoral, alegação agora negada pela Suprema Corte.

Com a decadência de Berlusconi, perde também o presidente dos Estados Unidos, George Bush. Já combatido pela desastrosa ação no Iraque, com a qual vem colecionando sucessivos fracassos, Bush vê agora a coalizão pró-americana ficar ainda mais mídida. É a principal perda na Europa para a diplomacia dos Estados Unidos depois da partida do conservador espanhol José María Aznar, substituído dois anos atrás pelo social-democrata José Luis Rodríguez Zapatero.

CONGRESSO

O voto secreto precisa acabar

SE O CONGRESSO deseja recuperar pelo menos um fragmento da credibilidade diante da opinião pública, precisa aprovar, com urgência, a proposta que institui o voto aberto nas votações da Câmara e do Senado. O projeto foi elaborado por uma frente de parlamentares, da qual fazem parte deputados e senadores de praticamente todos os principais partidos. O argumento para a urgência é irrefutável: os integrantes da frente atribuem ao voto secreto no plenário o arquivamento dos processos de nove deputados acusados de participarem do esquema do mensalão.

Berlusconi se notabilizou pelo leal apoio à política externa de Bush, apesar da oposição da opinião pública ao envio de tropas italianas ao Iraque. Prodi prometeu trazer as tropas de volta o mais cedo possível. Tentando neutralizar a ação do adversário, o premier anunciou a retirada do contingente até o fim do ano. A decisão e a queda de Berlusconi significarão a retirada de cerca de 3 mil soldados de uma área explosiva para os americanos.

Mais do que isso, as urnas italianas confirmaram o desalento da população com sua liderança política. Berlusconi revelou-se um desastre. Imerso num pantanoso terreno de denúncias de corrupção, ele se mostrou especialmente vocacionado a tentar o controle da imprensa do país (qualquer semelhança com recente experiência brasileira é apenas coincidência). O premier também agiu de forma onipresente na perigosa combinação de negócios públicos e privados e ainda ajudou a criar um desnecessário clima de tensão no processo eleitoral. Bem ou mal, Prodi tem a missão de desfazer tantos equívocos.

20

JORNAL DO BRASIL

SEXTA-FEIRA
21 DE ABRIL DE 2006
opiniao@jb.com.br

Editorial

ITALIA

A desqualificação da política

O PALÁCIO DO PLANALTO comemorou a competência exibida na defesa, e a oposição enxergou dúvidas não respondidas, mas o interrogatório de Marcio Thomaz Bastos, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), evidenciou que o ministro da Justiça se situa na difusa fronteira que separa o advogado informal do governo do ocupante de um cargo público. Bastos encontra-se num território movediço e dele deve afastar-se rapidamente, sob pena de ser classificado como o advogado da quadrilha instalada em Brasília.

O depoimento não forneceu respostas definitivas para esclarecer a participação do ministro e de seus assessores na operação de acobertamento dos responsáveis pela quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo dos Santos Costa. Bastos admitiu ter indicado um criminalista para aconselhar o então ministro da Fazenda, Antonio Palocci. O escolhido foi Arnaldo Malheiros. Negou, contudo, que tenha sido mentor de um plano de acobertamento do colega. Mesmo diante de perguntas indecadas e provocadoras dos parlamentares de oposição, o ministro da Justiça deixou obscura uma questão essencial: diante da flagrante ilegalidade contra o caseiro Francenildo — que ousou reafirmar a versão de Palocci — os braços do Estado focam mobilizados para a defesa antecipada do beneficiário direto de um crime.

Há mais interrogações a serem respondidas pelas autoridades. Uma delas é o fato de a Polícia Federal ter investigado o caseiro por lavagem de dinheiro antes de apurar a quebra de seu sigilo. Os extratos da conta de Francenildo foram divulgados em 17 de março. A PF abriu inquérito no dia 20 para investigar se ele havia recebido dinheiro para acusar Antonio Palocci. No mesmo dia, foi indiciado por lavagem de dinheiro. A investigação da violação do sigilo de Francenildo, no entanto, só começou no dia 21.

Os limites entre os papéis de advogado e de ministro vão além do episódio do caseiro. Desde que comandantes petistas e aliados imergiram na região pantanosa dos escândalos, Bastos tem sido visto como o homem certo para a complicada missão: montar a linha de defesa dos criminosos ligados ao Planalto, parte deles instalada nas cercanias do gabinete presidencial. Credita-se a ele a estratégia de reduzir a "crimes eleitorais" as roubafeiras institucionalizadas por Delúbio Soares, Sílvio Pereira, Marcos Valério & Cia. No depoimento à CCJ, insistiu-se, ele negou o crédito. "Dizer que eu arquitetei defesas, que sou o grande advogado oculto do governo é absolutamente inverídico", declarou.

Bastos encontra-se num território perigoso e dele deve afastar-se imediatamente

Antes do desembarque em Brasília, Bastos revelou-se um notável advogado. Um craque dos tribunais. Brilhou em mais de 700 processos. Tornou-se o homem certo para um governo engolfado por denúncias. Nada tem de estranho um criminalista defender ou acusar bandidos. Mas é dispensável sublinhar que não é rotina um ministro ajudar a livrar da pena criminosos abrigados no governo. Para diminuir tal suspeita, Bastos deve atuar a partir de agora, sob pena de ver desmoronar a credibilidade que conquistou nos tribunais e no ministério. Bastos indicou um advogado para ajudar um colega de governo. É difícil acreditar que não tenha dado palpites na reunião com o Palocci, da qual participou ainda o então presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Mattoso.

Conclusão inevitável: entre muitas evidências, algumas dúvidas e múltiplas versões, o governo coleciona fracassos.

20

JORNAL DO BRASIL

SÁBADO
22 DE ABRIL DE 2006
opiniao@jb.com.br

Editorial

GOVERNO LULA

Advogado ou ministro

O PRESIDENTE LUIZ INÁCIO Lula da Silva merece ser proibido de recorrer a fantasias. A compulsiva inclinação presidencial para os discursos de improviso costuma gerar uma vasta galeria de impropriedades. Em ano eleitoral, os disparates têm efeitos especialmente preocupantes para o chefe da nação. Na noite de quarta-feira, o Brasil pôde ouvir uma peça exemplar do acervo de Lula. Ao inaugurar instalações do Grupo Hospitalar Conceição, o presidente afirmou que o Brasil "não está longe de atingir a perfeição no tratamento de saúde". Lula referia-se aos investimentos do governo no setor e, em particular, ao Programa de Saúde Bucal e ao Qualisus, projeto de qualificação do atendimento do sistema hospitalar.

Recém-saídos de uma dura disputa com a equipe econômica do governo para garantir o piso constitucional no Orçamento, aprovado dias atrás, parlamentares criticaram enfaticamente as declarações. "Não sei a que país o presidente está se referindo", disse o deputado Rafael Guerra (PSDB-MG), presidente da Frente Parlamentar de Saúde do Congresso. "O presidente Lula tem uma visão alienada da realidade", emendou o deputado Sérgio Miranda (PDT-MG). A reação é compreensível. Parlamentares, especialistas e a população sabem que a saúde pública enfrenta graves problemas. Apesar de monumentais avanços, as falhas ainda são alarmantes. E penalizam as populações mais pobres.

Desde que foi criada pela Constituição de 1988 e implantado a partir de 1990, o Sistema Único de Saúde (SUS) atravessou fases de progresso. Teve o mérito de substituir o Inamps, que atendia exclusivamente aos cidadãos com carteira de trabalho e contribuía com o INSS, enquanto o restante da população recebia atenção precária. Hoje são evidentes os avanços na universalização do atendimento e na ação conjunta entre os ministérios da Saúde e da Educação.

Há uma enorme distância entre as conquistas dos últimos anos (decorrentes de políticas continuadas por governos sucessivos) e a proximidade da perfeição, conforme classificou o presidente Lula. Qualificar a saúde com tal atributo significa também ignorar as filas desmoralizantes a que são submetidos milhões de brasileiros nos hospitais e postos de saúde públicos. As filas estendem-se implacavelmente para consultas, exames e internações. Em muitos estados – inclusive no Rio, palco de uma longa e grave crise – faltam aparelhos, profissionais, leitos e medicamentos. Sobram problemas de financiamento enfrentados por unidades nas quais as carências refutam qualquer tese de proximidade da perfeição.

Parlamentares, especialistas e a população sabem que a saúde pública enfrenta problemas

A qualidade dos serviços de emergência é neutralizada por essa vastidão de carências. O Brasil depara-se ainda, há mais de 60 dias, com uma greve na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). A paralisação tem afetado a importação de medicamentos e agravado o financiamento do coquetel distribuído aos pacientes com Aids. A tais problemas soma-se a dificuldade crônica do Brasil de executar programas eficazes de saneamento básico e habitação. Juntas, as deficiências conduzem os brasileiros pobres a um martírio perene.

Esses sintomas bastam para constatar a sandice retórica do presidente Lula. Até outubro, outras virão. Surgirão combinadas com uma igualmente vasta galeria de promessas, capazes de assegurar a felicidade geral da nação. Convém ao país ficar atento e mostrar a inutilidade da espartezza. A regra vale tanto para o presidente quanto para seus adversários.

28

JORNAL DO BRASIL

DOMINGO
23 DE ABRIL DE 2006
opiniao@jb.com.br

Editorial

SAÚDE

Na República da fantasia

ENQUANTO O PRESIDENTE DO IRÃ, Mahmoud Ahmadinejad, continua ampliando o extenso leque de provocações a Israel e ao Ocidente, o mundo se depara, mais uma vez, com a possibilidade de uma operação militar dos Estados Unidos de grandes proporções. Conforme estrategistas internacionais analisaram na reportagem de Rozane Monteiro, na edição de ontem do *Jornal do Brasil*, a invasão ao Irã deve ocorrer em maio. O termo utilizado pelas autoridades americanas é outro. Na Casa Branca, fala-se em ataque militar, com ações pontuais em usinas. Conforme descrito na reportagem, a idéia é "humilhar o líder diante de seu povo".

Seja qual for a denominação utilizada para traduzir a ação americana, constata-se o óbvio: a diplomacia não tem sido arma eficaz para intimidar o senhor da guerra iraniano. Ahmadinejad, o presidente-bomba, tem exibido uma vasta galeria de afrontas – da informação de que conduzia um programa nuclear às ameaças contra Israel. São exemplos da insensatez de quem acredita ser o encarregado de preparar a volta do imã oculto, que voltará no fim dos tempos para trazer paz e justiça aos islâmicos. Esse retorno, afirma o iraniano, precederá de um fogo que surgirá nos céus para punir os infiéis – um cataclisma semelhante a uma explosão atômica.

Habitualmente destinados a intervir militarmente em países que ameaçam a paz e a democracia ocidental, os presidentes americanos costumam recorrer a pretextos internacionais para garantir dividendos eleitorais domésticos. Foi assim, por exemplo, quando George Bush resolveu invadir o Iraque, mesmo sem a anuência do Conselho de Segurança da ONU. O caso agora é diferente. Apesar das eleições parlamentares deste ano, Bush não vai, pessoalmente, enfrentar um adversário nas urnas. Não há imperativos eleitorais capazes de exigir uma guerra para vencer a batalha da opinião pública.

Ao recorrer a frequentes delírios, Ahmadinejad tem oferecido pretexto suficiente para um novo conflito. Ninguém sabe ao certo em quanto tempo o Irã terá armas nucleares de grande porte. Mas são evidentes as intenções bélicas do presidente-bomba. Revela-se especialmente preocupante o ódio que ele ajuda a disseminar contra os israelenses. O líder iraniano já afirmou que Israel "deveria ser riscado do mapa". Atroupeou o bom senso, a verdade e a História ao sustentar que o Holocausto não ocorreu – um óbvio insulto aos 6 milhões de judeus brutalmente exterminados e àqueles que sobreviveram para contar o que viram. A negação ao Holocausto é tão denuncial quanto o projeto de prover o Irã de arsenal atômico.

Valores dissonantes não precisam conduzir Ocidente e Oriente a uma guerra dos mundos

Não haverá paz enquanto não existir de fato o país dos palestinos. Essa imposição histórica, no entanto, não implica o desaparecimento do Estado judeu. Tampouco crer na tese odiosa de que Israel é o "braço de Satã" naquela região. "O terrorismo de Estado", declarou Ahmadinejad, "tem o apoio daqueles que dizem lutar contra o terrorismo", referindo-se a Israel e Estados Unidos. Os planos do Irã ajudam a aprofundar o abismo entre o Ocidente e fanáticos dementes, dispostos a travar, o quanto antes, um "confronto entre civilizações".

Trata-se de um falso conflito. Valores, idéias e hábitos dissonantes não precisam conduzir Ocidente e Oriente a uma outra versão da guerra dos mundos. O diálogo e o respeito serão sempre as melhores armas para dissipar conflitos iminentes. Com eles, a trilha que conduziu à paz já é tortuosa. Ausentes, o percurso torna-se inviável.

12

JORNAL DO BRASIL

SEGUNDA-FEIRA
24 DE ABRIL DE 2006
opiniao@jb.com.br

Editorial

IRÃ

Ataque à vista

O DESEJO DE RETORNO À VIDA política de quatro personagens envolvidos em escândalos de corrupção, descrito por reportagem de Fabrício Marta, emite um preocupante alerta para o eleitor. Conforme relato publicado na edição de ontem do *Jornal do Brasil*, Paulo Maluf, Severino Cavalcanti, Sérgio Naya e Bispo Rodrigues reafirmam a rota que pode conduzi-los mais uma vez ao centro do poder. Não são os únicos a recorrer a tal prática. Mas são exemplares.

Há oito anos Naya — o dono da construtora que ergueu o edifício Palace 2, no Rio de Janeiro — foi cassado por quebra de decoro parlamentar. Agora promete candidatar-se ao cargo de deputado federal por Minas Gerais. Para tanto, fundou e se filiou ao nânico Partido Social Cristão (PSC) de Laranjal, cidade onde nasceu. Severino Cavalcanti (PP-PB) também reiniciou a caça aos votos, depois de sair do Congresso por receber propinas quando ocupava o posto mais alto da Câmara.

Segue trajetória semelhante Paulo Maluf, o ex-prefeito de São Paulo investigado por evasão de divisas, lavagem de dinheiro, corrupção passiva e formação de quadrilha. Segundo seus assessores, Maluf também tentará uma vaga na Câmara. O mesmo recurso será utilizado por Carlos Rodrigues, ex-bispo da Igreja Universal do Reino de Deus, acusado de receber R\$ 400 mil do valerioduto. Bispo Rodrigues renunciou para não se tornar ilegível, prática comum de quem deseja livrar-se da punição do mandato e preservar os direitos políticos.

Conforme sublinhou, a própria reportagem de ontem do *JB*, a lista é mais extensa do que os personagens citados. A eles convém somar a galeria de beneficiados pela impunidade vigente no Congresso no caso do mensalão. Assim são as regras do jogo. Não há ilegalidade nem impedimento na tentativa de voltar a participar do xadrez eleitoral.

Caberá ao eleitor mostrar que aprendeu a ser mais crítico. Os brasileiros honestos precisam comprovar o efeito pedagógico da crise política que atormentou o governo, provocou desgastes profundos no Congresso e manchou a imagem do Partido dos Trabalhadores. Antes da mais séria crise política a atingir o país desde o *impeachment* de Fernando Collor de Mello, o incômodo com as chagas da corrupção mostrara-se crescente. Agora, a insatisfação escancarou-se de vez. Trata-se de um notável ponto de inflexão de uma sociedade que se acostumou a ser paciente com assaltantes de cofres públicos. O brasileiro cansou desta crise como cansou dos corruptos. Precisa, agora, traduzir esse cansaço nas urnas.

O brasileiro cansou da crise como cansou dos corruptos. O cansaço deve ir às urnas

Inconformar-se com as práticas de corrupção não significa recorrer ao voto nulo. Não é um gesto eficaz como protesto. O voto nulo configura o sonho eleitoral de todos os severinos, jefersons e valdemares espalhados pelo país. Todos mantêm em currais e cabrestos um eleitorado cativo suficiente para assegurar a volta a Brasília. Melhores armas são a fiscalização, a pressão cerrada sobre candidatos, a denúncia e a informação.

Convém reiterar que o Congresso reflete a imagem do país, assim como os estados têm seu espelho nas assembleias e os municípios, na Câmara de Vereadores. Os representantes do povo são eleitos livremente nas urnas. Se não cumprirem seu papel, providencie-se a substituição no pleito seguinte. Nas pesquisas, entrevistados costumam afirmar que não se lembram em quem votaram. Essa falta de memória costuma trazer a própria vergonha.

16
JORNAL DO BRASIL

TERÇA-FEIRA
25 DE ABRIL DE 2006
opiniao@jb.com.br

Editorial

ELEIÇÕES

Inconformismo consciente

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO Rio Grande do Sul denunciou à Justiça 27 mulheres e 10 homens ligados à Via Campesina pela invasão e depredação de um laboratório e um viveiro de mudas da Aracruz Celulose, no município de Barra do Ribeiro. Foi a resposta institucional a um ato de agressão intolerável de vândalos que agem com frequência e desembaraço sob o olhar complacente do governo. O promotor identificou cinco crimes: dano qualificado, furto qualificado, formação de quadrilha e bando armado, seqüestro e cárcere privado e lavagem de dinheiro.

A Via Campesina se constituiu uma das ramificações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Entre os acusados pelo Ministério Público gaúcho está o líder do pelotão, João Pedro Stedile. Juntos, têm promovido provocações em série país afora: invasões, bloqueios de estradas e saques. A tais ações o MST acrescentou uma nova ameaça — criar uma versão urbana da Via Campesina para repetir, nas cidades, os mesmos “métodos de pressão” que os sem-terra usam no campo. Um assombro que ignora, por exemplo, a inviolabilidade da propriedade privada consagrada pela Constituição.

Na violência de Barra do Ribeiro, os sem-terra destruíram criminosamente o centro de pesquisas onde a empresa e sua antecessora viavam promovendo, havia mais de 20 anos, pesquisas científicas da maior importância genética na área florestal. Também devastaram 1 milhão de mudas prontas para o plantio e 4 milhões de mudas de eucalipto. Os “revolucionários” do campo ignoraram o fato de a Aracruz oferecer 10 mil empregos diretos e ser inteiramente controlada por brasileiros. “Vamos acabar com essa multinacional”, esbravejaram.

Assim agem o MST e suas camuflagens. Pior: recebem benemerências especiais, conforme revelam os repasses da União para o movimento. No ano passado, foram quase R\$ 10 milhões, quantia quatro vezes maior à que foi destinada no último ano do governo Fernando Henrique. O MST conta ainda com a simpatia do presidente Lula. Diante dos saques e bloqueios em estradas na semana passada — em memória do massacre de Eldorado do Carajás — Lula não só evitou criticar a baderna promovida pelos sem-terra, como “atacou” os fazendeiros. Um prêmio do chefe da nação a quem depreda a propriedade alheia.

16
JORNAL DO BRASIL

QUARTA-FEIRA
26 DE ABRIL DE 2006
opiniao@jb.com.br

Editorial

SEM-TERRA

Denúncia contra a depredação

RIO DE JANEIRO

Mendicância nas ruas

A CONSTATAÇÃO DO aumento dos moradores de rua no Leme, conforme mostrou reportagem do *JB*, configura novo exemplo de um problema que se alastra pela Zona Sul do Rio. A Operação Copacabana Legal e a intensificação do policiamento no Leblon estão levando os mendigos a um bairro menos visado. (Outra reportagem já revelara que Copacabana e Leblon são dois pedaços do Rio reduzidos a paraíso dos moradores de rua originários da Baixada Fluminense)

Os pedintes demarcam o próprio território e passam a explorá-lo. Assustam moradores e turistas. Expõem a face odiosa da pobreza e da falta de oportunidades. Invasões do gênero, insista-se, não configuram uma exclusividade carioca: muitos outros municípios brasileiros lidam com problemas semelhantes. O fenômeno afeta principalmente as regiões metropolitanas. É o resultado perverso da renúncia do poder público à montagem de ações conjuntas.